



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

### RACISMO ESTRUTURAL E AUTODECLARAÇÃO: O QUESITO RAÇA/COR EM QUESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL

CECÍLIA FUZIOKA DA SILVA <sup>1</sup>  
GABRIELA CORRÊA DE ARAÚJO <sup>1</sup>  
SABRINA SANTANA DA SILVA <sup>1</sup>  
ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS <sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho é fruto de atividade de ensino na disciplina de formação diferenciada denominada Núcleo Temático “Serviço Social e questão étnico-racial”, disciplina que articula ensino-pesquisa-extensão, realizada no ano letivo de 2021, envolvendo discentes e docentes da UNIOESTE – *Campus* de Toledo. O levantamento teve como base o formulário das características étnico-raciais da população brasileira formulado pelo IBGE e apresenta os dados referentes à autodeclaração sobre o quesito raça/cor. Tendo como referência a concepção de racismo estrutural, objetiva provocar o estudo sobre o quesito raça/cor e sua importância na formação e trabalho profissional de assistentes sociais.

---

1 Estudante de Graduação. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Campus De Toledo

2 Estudante de Graduação. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo estrutural, autodeclaração, quesito raça/cor

**ABSTRACT:** The present paper is the result of teaching activity in the differentiated training discipline called Thematic Core "Social Work and ethnic-racial question", a discipline that articulates teaching-research-extension, carried out in the academic year of 2021, involving students and teachers of UNIOESTE - Toledo *Campus*. The survey was based on the form of ethnic-racial characteristics of the Brazilian population formulated by the IBGE and presents data referring to the self-declaration on the race/color item. With reference to the conception of structural racism, it aims to provoke the study of the race/color issue and its importance in the training and professional work of social workers.

**KEY WORDS:** structural racism, self-declaration, race/color issue

## 1. Introdução

Dentre as contradições explicitadas com maior agudez na conjuntura brasileira e mundial, no atual momento histórico, a denúncia ao racismo estrutural tem sido a chave que abre os sentidos da humanidade para suas consequências e necessidade de superação. Com o objetivo de aprofundar seus estudos a partir do acúmulo construído no campo da análise marxiana e da tradição marxista, o tema proposto e abordado no presente trabalho problematiza o quesito raça/cor na sociabilidade brasileira visando adensar e qualificar a formação e o trabalho profissionais

comprometidos com a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

O marco da presente construção encontra-se no compromisso ético-político com os princípios do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social, destacando-se os princípios VI, VIII e XI, respectivamente a luta pela eliminação de todas as formas de preconceito, respeitando a diversidade humana; opção por um projeto profissional vinculado a uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero; e trabalho profissional sem ser discriminado nem discriminar (CFESS, 1993).

Sendo uma profissão que pulsa com o movimento de seu tempo, segundo Dias (2015) o Serviço Social possui um *deficit* histórico, teórico e político com a temática, fazendo-se urgente o adensamento de estudos e pesquisas que permitam desvendar a realidade e construir mediações para intervenção profissional.

Corroborando todas as estatísticas nacionais, a Carta de Porto Alegre, aprovada no 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS (2018), expressa o compromisso da categoria de denunciar e combater o racismo pois

A maior parte da população usuária dos espaços sócio-ocupacionais em que nossa categoria atua é composta por aqueles/as que são alvo das ações de discriminação, opressão, exploração e criminalização. São homens e mulheres negros e negras, que estão na base de nossa pirâmide social, com baixo ou nenhum acesso à educação, à cultura e à proteção social, como um todo. É a população negra que ocupa os postos de trabalho mais precarizados, mais insalubres e com menores salários, especialmente as mulheres negras, que, mesmo tendo qualificação, ganham menos da metade dos honorários de homens brancos com mesma formação/qualificação. (CFESS, 2018, p. 1)

O desvendamento de tal realidade não se processa de forma espontânea, pelo contrário, a dinâmica social dominante é de ocultamento, silenciamento, apagamento e mistificação, exigindo o estudo sistemático, a pesquisa continuada e a investigação crítica deste processo para que, na medida em que ser vai desvendando também vão sendo construídas as estratégias de seu enfrentamento.

Neste contexto, a mobilização da categoria na Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, gestão 2017 – 2020 (CFESS, 2020), antecedido da série de publicações “Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito” (CFESS, 2016) na qual uma das temáticas versou sobre o Racismo, bem como o documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-

racial na formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018) no âmbito da formação profissional, mobilizaram esforços coletivos nos respectivos locais de trabalho, espraiando ações que, mesmo em diferentes tempos e dimensões, convergiram em propósitos comuns.

Em sintonia com esta agenda político-estratégica, compreendendo que “quem erra na análise erra na ação”, a partir de 2020 foi criado no âmbito do Curso de Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo com aprovação do Colegiado do Curso, naquele momento, uma disciplina eletiva no âmbito dos Núcleos Temáticos. Sua segunda edição ocorreu no ano letivo de 2021 com o tema “Serviço Social e questão étnico-racial” tendo como um dos objetivos específicos, cientes da realização do Censo 2022, a problematização referente ao quesito raça/cor. Deste processo emergiu a discussão e atividade de levantamento que deu base para o trabalho aqui apresentado.

Importante destacar que com os acúmulos construídos nas atividades de ensino, pesquisa em extensão, a partir do ano letivo de 2022 o curso passou a ter oferta noturna e entre as alterações do Projeto Político Pedagógico foi aprovada uma disciplina obrigatória tematizando a questão étnico-racial e o Serviço Social seguindo a lógica do Núcleos de Fundamentação abordadas por Elpídio (2020).

O levantamento do quesito raça/cor no Curso foi aprovado no Plano de Ensino da disciplina no início do ano letivo de 2021, sendo uma atividade de cunho pedagógico e de livre participação. A metodologia realizada foi de construção conjunta da proposta com discentes que realizaram o levantamento entre 18 de maio a 08 de junho de 2022. O resultado foi socializado na atividade Internúcleos no dia 29 de junho de 2022. O levantamento revê como objetivos: provocar o estudo sobre o quesito raça/cor e sua relevância no trabalho profissional de assistentes sociais; refletir sobre a autodeclaração e a percepção do quesito raça/cor entre discentes e docentes do curso de Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo; promover a análise referente ao racismo institucional e estrutural bem como o silenciamento sobre o quesito raça/cor no âmbito das políticas sociais; conhecer e utilizar o recurso do formulário do IBGE sobre as características étnico-raciais da população brasileira como referência analítica e acumulada sobre a questão.

A partir dos estudos de Moura (1988), Munanga (2003), Almeida (2018), Eurico (2013), Dias (2015), Elpídio (2013), CFESS (2016, 2018, 2020), ABEPSS (2018), Vale (2019), IBGE (2018), Petruccelli & Saboia (2013) objetivou-se construir uma referência teórico-metodológica e construir uma aproximação coletiva ao tema, interagindo tanto com quem está diretamente envolvido na área quanto com quem possui interesse e deseja se envolver.

## 2. Racismo estrutural e o problema da classificação na sociabilidade brasileira

Na formação socio-histórica brasileira, o racismo se vincula histórica e intrinsecamente a constituição e reprodução do modo de produção capitalista, não se trata portanto, de um fenômeno contemporâneo, individual ou institucional, como analisa Almeida (2018), o racismo é estrutural, tendo em vista também a sua materialização em diferentes dimensões da vida social, sendo atualizado e transformado potencializando a exploração da classe trabalhadora na sociedade de classe.

Para o autor, o racismo estrutural, compreende o racismo como processo histórico e político, que se manifesta estruturalmente a partir de quatro principais elementos, sendo eles a ideologia; a política; o direito e a economia, contudo, reitera esta divisão apenas para fins didáticos, considerando-o como um fenômeno social complexo inscrito na totalidade da vida social.

A imbricação entre o racismo e capitalismo encontra fundamento na acumulação primitiva do capital e no colonialismo, pois a racialização constitui-se em tecnologia utilizada como justificativa para subjugar determinados povos e proporcionar, principalmente a burguesia internacional, o enriquecimento e mundialização do seu poder e dominação.

O momento histórico da modernidade forjou as condições históricas para que os seres humanos começassem a pensar sobre si mesmos, contraditoriamente construiu as ferramentas que tornaram possível a comparação e posteriormente, a classificação e hierarquização dos seres humanos com bases em suas

características culturais, físicas e regionais, surgindo o fenômeno da racialização.

A ciência, a serviço da dominação, foi responsável por espriar as ideias de que aquelas populações de pele não branca com determinadas características e em determinadas regiões, estranhas ao continente europeu, eram populações inferiores carregadas de comportamentos imorais e violentos, com pouca capacidade intelectual (ALMEIDA, 2018).

Munanga (2003) argumenta que no século XVIII o critério fundamental de classificação das diferentes raças era a cor da pele, mais especificamente o grau de concentração de melanina, o que dividiu os seres humanos, principalmente e não exclusivamente, entre brancos, negros e amarelos. No século XIX e XX, se acrescenta a essa classificação, respectivamente, características relacionadas aos fenótipos, como nariz, lábios, corpo, até tamanho do crânio e características relacionadas a critérios químicos, como grupos de sangue e certos tipos de doenças. Ou seja, no decorrer da história, as classificações foram se aprimorando para justificar a dominação racial.

É imprescindível compreender que por mais que a ideia de raças no sentido biológico não explique o fenômeno do racismo, não é o suficiente para negar sua existência, pois o termo *raça* se constituiu na realidade de expropriação, dominação e exploração. Até os dias de hoje esta concepção é carregada de sentido político, naturalizando e legitimando desigualdades.

Se pensarmos na particularidade brasileira, durante o período da escravização foi firmado o terreno para que o racismo se constituísse como um elemento estrutural na formação social brasileira. Vale dizer, que o país foi o último do mundo a abolir esse sistema, o que diz muito sobre *deficit* social que o molda. Para a consolidação desse modo de produção – que se prolongou por quase quatro séculos – foi necessário um nível extremo de dominação e violência que desumanizasse ao máximo a população não branca; um fluxo incessante de tráfico de pessoas do continente africano para repor força de trabalho; a construção de uma ideologia que se internalizasse para justificar tal exploração, e acima de tudo, a garantia do lucro. Qualquer produção de conhecimento ou estudo da realidade sobre o Brasil que desconsidere ou rejeite a análise de tal período histórico, assim como as consequências deste na conjuntura atual, não contribui para seu desvendamento.

Compreende-se que a constituição do capitalismo no país se deu numa conjuntura de negação da existência do povo negro e suas possibilidades de reprodução social na nova dinâmica de organização da força de trabalho. Na constituição da nova sociabilidade em

construção, a população negra que até então era a grande força de trabalho produtora de riqueza, passou a ser não-aproveitável na particularidade do capitalismo brasileiro, promovendo-se uma dicotomia étnica dada pela “ética do trabalho”. As relações étnico-raciais passam a ser determinantes e constituíram

[...] uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido socialmente à medida que se aproxima do branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses polos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática (MOURA, 1988, p.62).

É dessa forma que a ideologia dominante invade os pensamentos e subjetividades dos não brancos, pois à medida que eram discriminados procuravam ao máximo criar ferramentas para se afastarem daquilo que os desumanizava. Se tudo que era branco era bom, só restava fugir de tudo que representasse o negro, fugindo da própria realidade étnica para se aproximar daquilo que representava a ideologia dominante.

Historicamente na luta pelo reconhecimento identitário, as e os não-brancos passaram a se refugiar em uma realidade simbólica criada por si mesmos para escapar da inferiorização que a própria cor determinava. Essa fuga buscou se aproximar ao máximo de tudo aquilo que representasse e fosse legitimado pelas camadas brancas. Sendo assim, na tentativa de compensar-se da discriminação racial e social a população não branca foi privada de constituir a própria identidade.

Para perpetuação do racismo é preciso que haja um processo de constituição das subjetividades que possibilitem a justificação e naturalização das desigualdades raciais. O espraiamento da representação da população negra como inferior historicamente foi difundida de forma a atingir tanto a classe dominante como a classe dominada. Esta particularidade possibilitou a naturalização e o não estranhamento com os altos índices de desigualdade racial e social vivenciados pela população negra. A crítica social identificou este processo como “branquitude”, fenômeno ideológico no qual a própria população negra interioriza essa naturalização. Ao mesmo tempo, a contradição da realidade social coloca possibilidades de processos e experiências de politização e desvendamento desta

realidade cujo cerne expressa o “mito da democracia racial” no Brasil.

No país, a discussão da raça se mantinha com base em doutrinas racistas e com respaldo pseudocientífico, como o *darwinismo social*. Ao estipular o branco europeu como a raça de referência, todos os não-brancos sofreram. Neste sentido, qualquer processo de classificação de cor/raça para identificação da população serviria para estipular uma hierarquia racial e não para promover a igualdade racial.

Alguns pensadores do século XIX, como por exemplo, Kark Friedrich Philipp, afirmava que a miscigenação seria o caminho para a construção de uma “nação limpa”, pois as outras raças seriam absorvidas pela raça branca. Essa ideia foi abraçada e continuada por Francisco Adolfo de Varnhagen que dizia que com a miscigenação ocorreria a extinção dos negros e indígenas. Neste contexto,

Na história do pensamento racial brasileiro, a data de 1843 pode ser pensada como emblemática, posto que foi o ano em que Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) apresentou seu ensaio Como se deve escrever a história do Brasil (MARTIUS, 1854), vencedor do concurso do recém-constituído Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, fixando as bases da fábula nacional das três raças formadoras da população do País... (PETRUCCELLI & SABOIA, 2013, p. 14)

Em 1872, Francisco Adolfo de Varnhagen, pensador com ideias eugenistas, foi o emissário oficial do Brasil no Congresso Internacional de Estatística influenciando todo o arcabouço que irá fundamentar a pesquisa e o pensamento racial brasileiro.

A construção social da autodeclaração e da heterodeclaração quanto ao quesito raça/cor no Brasil foi historicamente fundado no racismo estrutural, legitimando todas as formas e expressões de desigualdades. Sendo análise necessária na contagem da população, a pesquisa sobre o cor/raça da população brasileira baseia-se nestas duas formas: auto e heterodeclaração.

Sendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE órgão público criado em 1936 o responsável por coordenar a aplicar a pesquisa do Censo Populacional, o quesito raça/cor ao longo dos anos sofreu interferência de todas as ordens para que expressasse a realidade brasileira. Petrucelli & Saboia (2013) analisam historicamente como que diferentes governos influenciaram na concepção permitindo seu avanço, retrocesso e mesmo apagamento de dados.

As classificações do Censo no Brasil passaram por várias mudanças e

interferências. Estudo apresenta a investigação étnico-racial nos Censos de 1872 a 2010 particularizando cada período histórico (IBGE, 2018). Não existia uma classificação para os indígenas, os quais eram classificados como pardos. Somente em 1990 ocorre uma classificação para os indígenas. A classificação de 1990 é a utilizada até hoje, em que são utilizadas cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena.

O termo pardo, que no passado foi catalogado como mestiço, enquadra aqueles que se encontram entre o preto e o branco. Poucos países utilizam essa classificação intermediária, para entender o motivo do Brasil adotar o termo pardo é preciso entender o conjunto socio-histórico da questão racial no país. No Brasil de uma forma particular, o que predomina é o preconceito racial de marca. Apesar da origem ter peso no quesito raça/cor, o que domina as relações sociais são os traços (fenótipos) dos indivíduos, logo o que norteia a discriminação no Brasil é a aparência e não a origem.

Por muito tempo a falta de atenção ao vocabulário da população foi um empecilho para o levantamento de dados pelo IBGE e poucas pessoas se declaravam negras, durante a década de 1970 até a década de 90 ocorreu a resposta espontânea da cor “morena”, a qual não faz parte das categorias utilizadas pelo IBGE, entretanto no Censo de 1998, ocorreu uma diminuição na autodeclaração espontânea da cor “morena”. Atualmente o número de negros e pardos aumentou nas pesquisas do IBGE, fato que não é recorrente ao aumento populacional concreto dos negros e pardos no Brasil, mas sim da autodeclaração, a qual está relacionada ao entendimento da população sobre o contexto histórico da questão racial e aos movimentos sociais que falam sobre a negritude brasileira.

A classificação do IBGE passou por inúmeras mudanças,

No recenseamento de 1980, por exemplo os não-brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era : acastanhada, algalegada, alva, alvameda, amarelada, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca avermelhada, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, (...) O total era de cento e trinta e seis cores" (MOURA, 1988, p. 46)

A fragmentação na classificação dos não-brancos é uma forma de fragmentar

a união dos não-brancos, tendo em vista que a raça era vista como forma de hierarquização social. Colocar os não-brancos em diversas cores é uma forma de aumentar as formas de hierarquização. Por isso a importância dos termos utilizados atualmente – branco, preto, pardos, amarelo e indígena. Não é sem debate que esta questão se coloca, especialmente junto ao Movimento Negro, sendo historicizada, esta classificação tem sido utilizada para identificar e contar a população, incidindo em todas as políticas sociais.

Visando aprofundar o conhecimento e responder às demandas da realidade brasileira, o IBGE desenvolveu um estudo específico sobre as Características Étnico-Raciais da População. Com base neste estudo e motivadas pela necessidade de debater sobre o quesito raça/cor na formação e no trabalho profissional, foi proposto e realizado, junto a discentes e docentes do curso de Serviço Social, o levantamento que será apresentado a seguir.

### 3. Problematizando o quesito raça/cor e a autodeclaração

O presente estudo teve como base o roteiro de questões formuladas e aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2008, publicado no documento “Características Étnico-Raciais da População – Classificações e Identidades”, organizado por Petruccelli & Saboia (2013). Com objetivo didático-pedagógico, com fins de problematizar o tema junto a discente e docentes do curso, depois de estudo conjunto sobre o teor das questões, avaliou-se como procedente a aplicação a utilização das mesmas questões, uma vez que expressavam o acúmulo sobre a investigação da temática no país.

Das 5 (cinco) partes nas quais o roteiro em questão está subdividido, para fins do presente estudo foram aplicadas as questões do item 3 (três) referentes às “Características do Entrevistado”, totalizando 42 (quarenta e duas) questões. Tendo em vista o número elevado de questões, para o propósito deste trabalho, foram selecionadas as mesmas questões para discentes e docentes.

De um total de 90 (noventa) discentes matriculadas(os) no Curso de Serviço

Social da UNIOESTE no período matutino no *Campus* de Toledo no ano letivo de 2021 com conclusão no ano de 2022, 56 (cinquenta e seis) responderam o questionário, totalizando 62% de participação discente. Destes, 51 (cinquenta e um) declarou-se do gênero feminino, 4 (quatro) do gênero masculino, 01 (um) outro gênero sem especificar qual sendo que a maioria, 62% possui entre 17 e 26 anos de idade.

Quanto aos docentes, de um total de 23 docentes da área de Serviço Social e de áreas afins atuando no curso no ano letivo de 2021, tanto entre os 16 (dezesesseis) docentes estatutários quanto entre os 07 (sete) docentes temporários, 17 (dezessete) responderam o questionário (13 estatutários e 04 temporários) totalizando 81% de participação docente. Destes, 14 (catorze) declaram ser do gênero feminino e 03 (três) d gênero masculino. A faixa etária do corpo docente na sua maioria, 70% possuem de 47 a mais de 56 anos.

Perguntados se, “no Brasil a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça?”, discentes e docentes foram unânimes em responder que sim, sendo 100% das respostas. Este fato demonstra que existe consciência sobre a particularidade e influência da questão étnico-racial no cotidiano nas relações sociais e reconhecem que a “cor ou raça” influencia o lugar social na sociabilidade brasileira.

A pergunta seguinte: “você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?” não expressou a mesma unanimidade e consciência. Entre discentes 7 (sete), 13% responderam que não e entre docentes 1 (um), 6% respondeu que não. O mesmo dado pode ser analisado do ponto de vista sobre a consciência de sua própria cor ou raça, 87% dos discentes e 94% dos docentes se autodeclararam. Este percentual é alto, porém ao mesmo tempo reflete que entre discentes e docentes existe dificuldade de compreensão e identificação de sua própria cor/raça.

Como visto anteriormente, a classificação do IBGE considera 5 (cinco) cores. Entre estas, o quadro de autodeclaração na composição do corpo discente: 28 brancas, 10 pardas, 08 pretas, 02 amarelas e 01 indígena, totalizando 49 discentes. Na análise do IPEA, a população negra é composta por pretas e pardas, sendo assim, em termos percentuais, o corpo discente no curso é composto por 57% de brancas, 37% de negras, 4% de amarelas e 2% de indígenas. A instituição de ensino

superior, mesmo com a política de cotas, ainda é ocupada pela maioria de brancos. Os amarelos e indígenas são as minorias dentro das pesquisas no curso de Serviço Social.

Na composição do corpo docente, as repostas apresentam 08 brancas, 03 pretas, 02 pardas, 02 amarelas e nenhuma indígena, totalizando 15 autodeclarações. Em termos percentuais a partir a análise do IPEA, a composição do corpo docente apresenta 54% de brancas, 33% de negras, 13% de amarelas.

Em termos percentuais, o corpo docente e discente no curso de Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo é composto em sua maioria por uma população branca interagindo com população negra, amarela e indígena. Se por um lado, existe discente que se autodeclara indígena, este grupo étnico-racial ainda não compõem o corpo docente.

Observou-se que existe diferença entre a percepção do outro quanto à cor ou raça e a percepção de si a partir das respostas recebidas tanto por discentes quanto por docentes. São duas perguntas distintas cujas respostas são ordenadas em primeira, segunda e terceira opção nas seguintes alternativas: cultura, tradição; traços físicos (cabelo, boca e nariz, etc); origem familiar, antepassados; cor da pele; opção política/ideológica; origem socioeconômica ou de classe social.

Nesta questão 43 responderam considerando que 51% define a própria cor pela cor da pele, a segunda opção evidencia que 58% consideram que são os traços físicos definem a cor da pele. Ao perguntar-se como as pessoas em geral definem sua cor ou raça, o percentual se altera passando a 67% sendo a cor da pele como primeira opção seguida de 51% traços físicos.

Entre docentes, com relação à sua própria cor, das 13 respostas desta questão, 38% responderam como primeira opção que se autodeclaram pela cor da pele e 46% tem nos traços físicos a segunda opção. Quando perguntados sobre como as pessoas em geral se definem, 86% responderam como primeira opção a cor da pele e 86% consideram como segunda opção os traços físicos. Destaca-se que dois docentes colocaram como primeira opção a definição da própria cor ou raça por opção política/ideológica.

A problematização e desnaturalização sobre o quesito raça/cor passa pelo

processo de autoconsciência e consciência coletiva, pela consciência de si e do outro, pela construção de identidade no reconhecimento da alteridade. Este processo exige um exercício permanente e histórico de consciência da diversidade humana no conjunto das relações sociais.

Outro aspecto interessante dos dados coletados diz respeito a ancestralidade dos discentes e docentes, entre as discentes, 57% declaram ter ancestralidade europeia, 35% indígena, 17% africana, 3% asiática e 2% sul-americana. No tocante aos docentes, a maioria também declara ancestralidade europeia, totalizando 82% e a segunda maior ancestralidade também é indígena, totalizando 35%, incluindo a origem de 23% dos docentes como africana e 6% asiática.

Tendo como referência a presença de indígenas no corpo docente e discente, os dados evidenciaram que apenas 1 (um) discente se autodeclarou indígena. Por outro lado, quando perguntado sobre a origem familiar, 35% de docentes e 35% de discentes a reconhecem como indígena. Este fato chamou a atenção fazendo o grupo refletir sobre o apagamento das raízes indígenas do povo brasileiro, pois, apesar de reconhecerem a sua ancestralidade, não se reconhecem como indígenas, efeito do chamado processo de “miscigenação”.

Também foram utilizadas questões acerca do perfil dos pais e mães de discentes e docentes do curso. Para este momento as questões acerca da raça/cor e da escolaridade dos pais, serão analisadas somente nas porcentagens dos níveis de ensino médio, superior e pós graduação como objeto de comparação entre pais e mães e discentes e docentes.

Sobre o perfil de seus pais, tanto profissional quanto racial, identificamos que entre os discentes 50% consideram a mãe branca, 27% consideram a mãe como negra ou preta, 7% como parda e 4% como amarela. Entre as mães também foi possível observar um nível maior de escolarização, 7% concluíram mestrado ou doutorado, 21% concluíram a graduação e 30% o ensino médio. Quanto aos pais das discentes, 46% declararam o pai como branco, 37% como negro e 7% como amarelo, o número de abstenções desta questão foi de 11%. Observamos que nenhum estudou até o nível de pós-graduação, diferente das mães, entre as quais 12% têm nível superior e 32% nível médio.

Quanto aos docentes, observamos que 47% consideram a mãe branca, 35% negra, 6% amarela. No quesito escolaridade, observamos que há menos escolarização das mães dos docentes em comparação aos discentes, sendo apenas 18% das mães que acessaram a graduação e 12% no ensino médio, entre estes não havendo nenhuma mãe que chegou no nível de pós-graduação. Em relação aos pais, a maioria considera o pai branco, totalizando 65% das respostas, 18% consideram o pai negro e 7% amarelo. Quanto a escolarização dos pais, esta se mostra inferior em comparação com as mães das docentes, sendo apenas 12% dos pais que acessaram o nível de graduação e 12% que acessaram o ensino médio.

#### 4 Considerações Finais

O presente texto baseou-se em uma atividade pedagógica de estudo e levantamento que problematiza o “quesito raça/cor” a partir da realidade do próprio curso de Serviço Social, tanto discentes quanto docentes com o objetivo de provocar a consciência sobre a necessidade da autodeclaração na luta antirracista, tanto na formação quanto no trabalho profissional de assistentes sociais.

Os dados apresentados, revelam uma maioria que se declara branca e ao mesmo tempo revelam a diversidade étnica do grupo que expressa duas gerações distintas, discentes e docentes vinculados à universidade pública no curso de Serviço Social, residindo na região oeste do Paraná, sul do Brasil, na conjuntura presente. Expressam sua particularidade no que se refere ao tema abordado destacando-se que:

- a. é unânime a consciência de que a vida das pessoas é influenciada pela sua cor ou raça. O quanto este aspecto contribui na luta antirracista é um aspecto a ser aprofundado, pois tal consciência não se traduz imediatamente em luta e organização políticas no enfrentamento do racismo estrutural.
- b. existe necessidade de maior consciência sobre a própria cor ou raça, dificultando a autodeclaração. Este aspecto desperta evidente necessidade de ser pautado tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional.

A consciência não se constrói de forma natural, pelo contrário, sendo histórica e social, sendo produto de seu tempo, está em permanente movimento.

- c. a cor da pele, tanto para a autodeclaração quanto para a percepção sobre a autodeclaração do outro tem sido o critério com maior percentual de definição e reconhecimento. Ao mesmo tempo este não é o único, existindo uma diversidade de fatores que, na percepção dos participantes, incidem na definição da cor. Na segunda opção comparece como fator os traços físicos. Entre estes fatores, a autodeclaração possui uma diversidade de motivações, sendo inclusive considerado o fator político-ideológico.
- d. os dados revelaram que as mulheres, mães de discente e docentes, possuem mais escolaridade que os pais, ao mesmo tempo que as mães das discentes, possuem graus mais elevados de titulação que as mães de docentes. A tendência de maior escolarização de mulheres se evidenciou entre os participantes do levantamento, ao mesmo tempo que revela a maior titulação das novas gerações de mulheres.
- e. no reconhecimento da origem familiar, 35% de discentes e docentes identificam a presença indígena em sua constituição, mesmo havendo apenas 1 (uma) discente que se autodeclarou indígena. Este aspecto impõe-se no debate sobre o apagamento da herança indígena e africana no Brasil, bem como a problematização do “mito de democracia racial”.
- f. a heterodeclaração quanto à cor dos pais, evidenciou entre discentes a maioria de mães brancas, aumentando o percentual de pais negros. Entre docentes, o percentual de mães negras é maior que entre discentes, embora a maioria das mães e pais seja de cor branca. A composição familiar e os relacionamentos interétnicos constituem em tema da maior relevância na sociabilidade brasileira no enfrentamento e combate ao racismo em todas as suas dimensões.

O roteiro também apresenta questões referentes ao mercado de trabalho, ocupações, jornada de trabalho, rendimentos, vínculos tanto pessoais quanto dos pais, permitindo analisar a mobilidade social vinculada ao quesito raça/cor. Este aspecto poderá ser desenvolvido em outros trabalhos, sendo um instrumento muito

rico para análise do movimento da realidade.

Sendo uma atividade realizada no contexto do ensino em Serviço Social no âmbito da graduação, além do necessário aprofundamento, uma série de novos temas de estudo se desdobram, gerando a possibilidade de produção de conhecimento quanto de qualificação do exercício profissional das futuras profissionais. Como fruto deste processo, destacamos os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs de Silva (2021), Silva (2022) e Raymundo (2022) problematizando a temática do racismo estrutural no âmbito do Curso.

A oportunidade socialização do estudo realizado amplia as possibilidades de intercâmbio, interação e fortalecimento da formação e trabalho profissionais na área. Sendo um tema ainda distante e pouco discutido durante a formação profissional em Serviço Social, requer o aprofundamento e produção intelectual.

Problematizar a autodeclaração no cotidiano da formação e do trabalho profissional, impõe a necessidade de criar mediações que potencializem as lutas antirracista, antipatriarcal e anticapitalista a partir da realidade brasileira. Unindo as forças da classe trabalhadora, entre discentes e docentes do Serviço Social, é nesta direção que o presente trabalho visa contribuir!

## 5. Referências

ABEPSS. **Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-racial na Formação em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 28 jun 2022.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG) : Letramento, 2018.

CFESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Campanha de gestão 2017 – 2020. Brasília (DF), 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 28 jun 2022.

\_\_\_\_\_. **Carta de Porto Alegre**. 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS,

09 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/47EncontroCfessCress-CartaPOA2018.pdf>. Acesso em: 28 jun 2022.

\_\_\_\_\_. Série assistente social no combate ao preconceito: **Racismo**, caderno 3. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 28 jun 2022.

\_\_\_\_\_. Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social. Brasília (DF), 1993. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 20 ago 2022.

DIAS, Scheila Almeida. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**. Brasília, nº 29, p. 311 – 333, jan./jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 05 jun 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519/44330>. Acesso em: 05 jun 2022.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, São Paulo, p. 290 – 310, 2013. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 jun 2022.

IBGE. Retratos – a revista do IBGE, maio 2018. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri\\_2018\\_n11\\_maio.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri_2018_n11_maio.pdf). Acesso em 10 jun 2020

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Ática : São Paulo, p. 7 – 155, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2003. Palestra proferida no **III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 28 jun 2022.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). **Característica étnico-raciais da população**. Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica nº 2. Rio de Janeiro : IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20 mai 2022.

RAYMUNDO, Ana Paula Fernandes. **A cor da justiça: o perfil racializado da**

**população encarcerada no Brasil entre os anos de 2018-2021.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNIOESTE, *Campus* de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Serviço Social, 2022.

SILVA, Sabrina Santana da. **Serviço Social e a produção intelectual sobre racismo no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNIOESTE, *Campus* de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Serviço Social, 2022.

SILVA, Vilma Jara da. **“Questão social” e questão étnico-racial na formação profissional em serviço social no Paraná: caminhos em construção.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNIOESTE, *Campus* de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Serviço Social, 2021.

VALE, Malu Ribeiro. Quesito raça/cor: entre entraves e enlaces na aplicação no cotidiano profissional do assistente social. **Anais do 16º CBAS.** Brasília. CFESS, 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/775/755>. Acesso em: 20 jun 2022.

,